



TESOURO NACIONAL

Sumário Executivo

2025

Agosto

Publicado em

29/09/2025

Resultado do Tesouro Nacional



Sumário Executivo

Em agosto de 2025, o Governo Central registrou déficit primário de R\$ 15,6 bilhões, abaixo do observado no mesmo mês de 2024 (R\$ 22,2 bilhões, em termos nominais) e da mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda (R\$ 21,0 bilhões).

O resultado conjunto do Tesouro Nacional e do Banco Central foi superavitário em R\$ 3,5 bilhões, enquanto o da Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 19,0 bilhões. Em relação a agosto de 2024, o desempenho decorreu da combinação entre o crescimento real da receita líquida (+11,1% ou R\$ 17,4 bilhões) e o aumento das despesas primárias (+5,3% ou R\$ 9,6 bilhões).

Neste mês, a receita líquida real avançou em razão da elevação de 4,1% nas Receitas Administradas pela RFB (+R\$ 5,2 bilhões), de 5,4% na arrecadação líquida do RGPS (+R\$ 3,0 bilhões) e de 29,0% nas Receitas Não Administradas (+R\$ 6,4 bilhões). Nas Receitas Administradas, destacaram-se positivamente o IR (+R\$ 3,7 bilhões) e o IOF (+R\$ 2,3 bilhões). No primeiro, o desempenho refletiu acréscimos reais no IRRF – Rendimentos do Trabalho (+R\$ 5,4 bilhões), com destaque para honorários advocatícios e sucumbência e para rendimentos do trabalho assalariado, ao passo que o IRRF – Rendimentos de Residentes no Exterior (-R\$ 1,3 bilhão) apresentou queda, influenciado por reduções em rendimentos do trabalho, juros e comissões em geral e juros sobre capital próprio. No IOF, a alta foi impulsionada pelas operações de saída de moeda e pelas operações de crédito a pessoas jurídicas, ambas impactadas por recentes alterações na legislação. Em contrapartida, a CSLL registrou queda real de R\$ 1,4 bilhão, explicada pelo decréscimo na estimativa mensal e pela redução no balanço trimestral. A arrecadação líquida do RGPS foi favorecida pelo crescimento da massa salarial e do emprego formal, pela reoneração escalonada da contribuição patronal dos municípios e da folha de pagamentos, pelo avanço do Simples Nacional. A postergação do pagamento da Contribuição Previdenciária para municípios gaúchos em situação de calamidade compensou parcialmente o impacto positivo dos demais fatores. Nas Receitas Não Administradas, o principal destaque positivo ficou com os pagamentos de dividendos do BNDES (+R\$ 6,8 bilhões) e da Eletrobras (+R\$ 1,2 bilhão), que foram parcialmente compensados pela queda nos recebimentos do BB (-R\$ 1,4 bilhão).

O avanço das despesas primárias neste mês de agosto decorreu, principalmente, de Benefícios Previdenciários (+R\$ 2,2 bilhões), Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 2,2 bilhões) e Despesas Discricionárias (+R\$ 8,1 bilhões). No caso dos benefícios previdenciários, o crescimento é reflexo do reajuste real do salário-mínimo e da ampliação do número de beneficiários. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais foram impulsionadas pelos reajustes salariais concedidos aos servidores civis do Poder Executivo, além do aumento do pagamento de Sentenças Judiciais e Precatórios (+R\$ 1,0 bilhão) frente ao mesmo período

de 2024. O avanço das Despesas Discricionárias está associado, sobretudo, às funções saúde e educação. Em sentido oposto, houve uma redução significativa na linha Demais, do grupo de Outras Despesas Obrigatórias, mais precisamente na rubrica de Financiamento de Campanha Eleitoral (-R\$ 5,2 bilhões). Essa redução se justifica pela ausência de repasses ao Fundo Eleitoral nesse ano, diferentemente de agosto de 2024, quando houve liberação de recursos para as eleições municipais.

No acumulado de janeiro a agosto de 2025, o Governo Central apresentou déficit primário de R\$ 86,1 bilhões, frente a R\$ 98,4 bilhões no mesmo período de 2024 (em termos nominais). Esse resultado reflete um superávit de R\$ 179,3 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e déficit de R\$ 265,4 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, a receita líquida acumulada cresceu 3,9% (+R\$ 56,8 bilhões), enquanto as despesas aumentaram 2,4% (+R\$ 38,1 bilhões).

No acumulado dos oito primeiros meses de 2025, o crescimento da receita foi impulsionado pela elevação de 4,8% nas Receitas Administradas pela RFB (+R\$ 57,2 bilhões) e de 4,2% na arrecadação líquida do RGPS (+R\$ 18,2 bilhões). Entre as Receitas Administradas, destacaram-se positivamente o Imposto sobre a Renda (+R\$ 27,8 bilhões), com acréscimos reais no IRRF – Rendimentos do Trabalho, especialmente sobre salários, aposentadorias do regime geral e do serviço público, e participação nos lucros ou resultados, além do crescimento no IRRF – Rendimentos de Residentes no Exterior, influenciado por receitas de royalties, assistência técnica, rendimentos do trabalho e juros sobre capital próprio. Em Outras Receitas Administradas (+R\$ 13,4 bilhões) os fatores que motivaram o aumento de arrecadação foram a alta na CIDE sobre remessas ao exterior e a arrecadação acumulada da participação da União nas receitas de loterias de apostas de quota fixa. O Imposto de Importação (+R\$ 10,4 bilhões) também teve desempenho positivo, refletindo o aumento do valor em dólar das importações, da taxa média de câmbio e da alíquota média efetiva do imposto. Em adição, a arrecadação líquida do RGPS foi favorecida pelo crescimento da massa salarial e do emprego formal, pela reoneração escalonada da contribuição patronal dos municípios e da folha de pagamentos, pelo avanço do Simples Nacional, além da postergação do pagamento da Contribuição Previdenciária para municípios em situação de calamidade. Por outro lado, as Receitas Não Administradas registraram queda de 1,5% (-R\$ 3,3 bilhões), com destaque negativo para os Dividendos e Participações (-17,7% ou -R\$ 7,2 bilhões), devido à menor distribuição de lucros por parte da Petrobras (-R\$ 9,4 bilhões) e do Banco do Brasil (-R\$ 2,3 bilhões).

O comportamento das despesas primárias entre janeiro e agosto de 2025 foi marcado por aumentos em Benefícios Previdenciários (+R\$ 31,3 bilhões), Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 10,4 bilhões) e Benefícios de Prestação Continuada (+R\$ 8,3 bilhões). Os dois primeiros foram bastante influenciados pelo pagamento da torre de precatórios, enquanto o terceiro refletiu, sobretudo, o reajuste real do salário-mínimo e a ampliação do número de beneficiários. No caso de Pessoal e Encargos, o crescimento

também decorre dos reajustes concedidos aos servidores civis do Poder Executivo, com efeitos financeiros iniciados em maio e pagamento retroativo ao primeiro quadrimestre. Na direção oposta, continua a retração nas despesas com Créditos Extraordinários (-R\$ 9,5 bilhões), em razão da ausência de novos eventos excepcionais como os registrados em 2024. As Despesas Discricionárias também recuaram (-R\$ 15,3 bilhões), com quedas concentradas nas funções Saúde (-R\$ 10,6 bilhões), Transporte (-R\$ 1,2 bilhão), Assistência Social (-R\$ 1,2 bilhão) e Demais (-R\$ 3,9 bilhões).